

Mais senadores, uma ESTADO DE SÃO PAULO sugestão de pedessista

**Da sucursal de
BRASILIA**

O biônico Almir Pinto (PDS-CE) vai levar à liderança governista uma sugestão para que o número de senadores, três por Estado, passe para quatro, o que elevaria o total de 66 (atualmente são 67, ainda por força da fusão Guanabara-Rio) para 92.

Para o biônico, "se a Câmara, que tem o mesmo número de comissões técnicas, vai aumentar a sua composição de 420 para 500 deputados, o mesmo precisa ser feito no Senado".

Por sua vez, calu ontem para 12 o número de senadores presentes no plenário do Senado na ordem do dia, que, na véspera, acusou a presença de 19 votantes. Em consequência, não foi possível a votação de projeto de lei complementar do governo, que figura na pauta desde o dia 1º, quando os trabalhos foram reabertos. A proposição estabelece normas gerais de direito tributário.

A liderança do governo não conseguiu até hoje levar ao plenário os 34 senadores de que precisa para aprovar as matérias de seu interesse, mas mesmo diante dessa continuada ausência o vice-líder José Lins (PDS-CE) fez ontem um apelo público à oposição, pedindo desobstrução dos trabalhos da ordem do dia, a fim de que seja possível a aprovação de empréstimos aos Estados e Municípios.

Lins chegou a ler um telegrama recebido do governador de Goiás, Ary Valadão, informando que, se até o dia 15 de abril não for aprovado um empréstimo pleiteado por aquele Estado, não será possível assinar, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento—BID, "importante convênio" que prevê os recursos, objeto do projeto de empréstimo, para a construção de rodovias alimentadoras.

Ontem, ao ser constatada a falta de quorum para votar o primeiro dos oito itens da pauta, o senador Dirceu Cardoso (PMDB-ES) pediu também a suspensão da sessão, já que não se encontrava em plenário o número mínimo de senadores exigido para os trabalhos (11 senadores).

Já o líder do governo, Nilo Coelho, comunicou ontem ao líder peemedebista Humberto Lucena que o PDS vai pedir a retirada de pauta do projeto de resolução que pretende alterar o regimento interno do Senado, submetendo o assunto previamente ao exame de uma comissão interpartidária, como sugeriu o PMDB.

A proposição tem o objetivo de tornar mais ágeis os trabalhos do Senado, principalmente na ordem do dia, com a supressão de dispositivos que favorecem as manobras obstrucionistas, como ocorreu durante quase todo o ano passado, quando o Senado praticamente não votou projetos diante do bloqueio oposicionista.

As alterações estabelecidas no projeto, de iniciativa do vice-líder José Lins, do PDS do Ceará, tornariam o regimento do Senado quase tão rígido quanto o da Câmara dos Deputados.